

A diferença que o poder faz: interseccionalidade e democracia participativa¹

Patricia Hill Collins²

Tradução de:

Carina Jéssica de Souza³
Elisa Duarte Nascimento⁴

Recebido em setembro de 2021

Aceito em dezembro de 2021

RESUMO

Este artigo explora como o desenvolvimento de análises mais complexas em torno do poder e da política lança luz sobre temas importantes para a interseccionalidade e para a democracia participativa. Em primeiro lugar, elaborado a partir de uma investigação interseccional, o artigo descreve três pontos importantes de uma análise do poder: como as análises de intersecção de opressões estruturais sustentam os sistemas de dominação; Como uma estrutura de domínios de poder fornece um conjunto de ferramentas conceituais para analisar e responder às relações de poder que se cruzam; E, como uma análise mais robusta do coletivo ilumina a ação política de grupos subordinados. A partir destas análises de poder, este estudo examina ‘poder’ e ‘política’ do ponto de vista das tradições de resistência de grupos historicamente subordinados, especialmente, a ação política de mulheres afro-americanas. Finalmente, o artigo discute as implicações do poder de análise da interseccionalidade para projetos de interseccionalidade e democracia participativa. Relacionado a isto, a conceitualização da interseccionalidade do feminismo negro em termos flexíveis e pragmáticos constitui um importante espaço para percebermos o aprofundamento do compromisso com a democracia participativa como uma alternativa às agendas técnicas do Estado.

Palavras-chave: Feminismo negro; Interseccionalidade; Democracia participativa; Poder; Resistência.

Não há uma definição padrão de interseccionalidade, embora a maioria das pessoas associaria um ou mais dos seguintes princípios à interseccionalidade: (1) racismo, sexismo, exploração de classe e sistemas semelhantes de opressão estão interconectados,

¹Texto publicado originalmente sob o título “*The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy*” na revista *Investigaciones Feministas*. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/INFE/article/view/54888>>.

² *University of Maryland, College Park* (EUA). E-mail: collinph@umd.edu.

³ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

⁴ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

construindo mutuamente um ao outro; (2) configurações de desigualdades sociais tomam forma dentro de opressões que se cruzam; (3) as percepções de problemas sociais também refletem como os atores sociais estão situados dentro das relações de poder de determinados contextos históricos e sociais; e (4) porque indivíduos e grupos estão situados de formas diferentes dentro das opressões que se cruzam, eles têm pontos de vista distintos sobre os fenômenos sociais (COLLINS; BILGE, 2016, p. 25-30).

Pode haver concordância sobre os contornos da interseccionalidade no resumo acadêmico, mas a inclusão da interseccionalidade em e na crescente legitimação dentro da área acadêmica tem tido muito menos consenso entre os acadêmicos.

Mesmo com as contribuições dos atores sociais da linha de frente que estão fora e dentro da área acadêmica, a interseccionalidade enfrenta um crescente retrocesso como uma forma crítica de investigação e práxis (ALEXANDER-FLOYD, 2012). Narrativas revisionistas de interseccionalidade visam a apagar as ideias e ações de mulheres negras, latinas, pessoas pobres, pessoas LGBTQ e grupos subordinados da narrativa legítima da interseccionalidade, argumentando que a visibilidade desses grupos dentro da interseccionalidade corrói seu apelo universal.

Essa reescrita da história, que Vivian May analisa habilmente como “reação incisiva à interseccionalidade”, ocorre tanto de forma nítida à interseccionalidade, quanto a partir de maneiras mais sutis e indiretas de miná-la (MAY, 2015, p. 6-12). Esses esforços visam a despolitizar a interseccionalidade e colocar suas ideias a serviço das agendas neoliberais que defendem soluções individuais e baseadas no mercado para problemas sociais coletivos (COLLINS; BILGE, 2016, p. 63-87).

Esse panorama político mutável molda os entendimentos contemporâneos de poder e política na interseccionalidade. Por um lado, em alguns segmentos da pesquisa interseccional, as referências ao poder parecem estar em toda parte; o poder é constantemente mencionado, referenciado e citado.

No entanto, apenas mencionar o poder pode fazer mais mal do que bem. Dentro do discurso interseccional, as convenções que substituem a “raça” por ‘racismo’, “sexo” por sexismo e “classe” por capitalismo, fomentam referências abstratas ao poder que negligenciam o que combinações específicas de sistemas de opressão significam na

realidade.

Apoiar-se em termos abreviados para evocar hierarquias de poder que se cruzam, tais como "raça, classe e gênero" se reduziram a um slogan pelo uso excessivo, e a frase "sistemas de poder que se cruzam" foi uma substituição para opressões que se cruzam, provavelmente, sendo direcionada a um destino similar. Frases como intersecção de sistemas de poder que circulam como significantes hiper visíveis e tornam o poder um termo descritivo e substituto com impacto político mínimo. A hipervisibilidade concedida ao discurso de poder abstrato limita simultaneamente o tipo de política que se torna possível dentro dessas abstrações.

Por outro lado, para acadêmicos e ativistas que veem os elos que unem a investigação interseccional e a práxis, o poder e a política assumem uma conduta diferente. Atores sociais dentro de contextos de movimentos sociais costumam usar intersetorialidade como um marco para a ação política. Atores sociais atuantes nas áreas burocráticas, bem como aqueles que trabalham em organizações de base, muitas vezes enxergam a interseccionalidade como uma forma ajudar a resolver problemas sociais complicados, como falta de moradia, desigualdades de acesso a saúde, encarceramento em massa, desigualdades educacionais e violência. Assistentes sociais, professores, advogados, enfermeiras e profissionais semelhantes se engajam na interseccionalidade para ajudar a resolver problemas sociais. Apesar de sua perícia técnica, as hierarquias de poder que criam desigualdades sociais e problemas sociais concomitantes parecem evidentes. Em contextos burocráticos, os atores sociais que reivindicam a interseccionalidade buscam orientação sobre como ela pode informar suas estratégias de resolução de problemas. Negros/as, mulheres, latinos/as, povos indígenas, pessoas sem documentos e outros grupos subordinados que são mais afetados por problemas sociais muitas vezes veem a interseccionalidade como essencial para seus projetos políticos (ROBERTS; JESUDASON, 2013; TERRIQUEZ, 2015).

No contexto dos Estados Unidos, essa ênfase desigual no poder e na política em estudos e práticas intersetoriais ilustra mudanças significativas na estreita associação da interseccionalidade com o ethos de justiça social dos movimentos sociais de meados do século XX. Compreensões robustas de poder e política que estruturaram os direitos civis,

feministas, antiguerra e movimentos sociais semelhantes por justiça social persistiram, embora de forma desigual de um projeto interseccional para o outro.

As ideias centrais de interseccionalidade desenvolvidas em conjunto com esses projetos de justiça social continuam a circular nos ambientes acadêmicos. No entanto, apesar do crescimento da universidade corporativa (NASH; OWENS, 2015), os atores sociais dentro e fora da área acadêmica cada vez mais se voltam para entendimentos críticos da interseccionalidade para informar a práxis deles. No passado e, atualmente, os atores sociais subordinados a vários sistemas de poder, estão em melhor posição para ver como as hierarquias de poder, as desigualdades sociais e os problemas sociais que caracterizam um sistema de opressão, não somente se assemelham aos de outros sistemas, mas também aos vários sistemas que trabalham juntos para moldar suas experiências.

A interseccionalidade pode abordar pressões neoliberais com intuito de despolitizá-las, examinando como outros projetos enfrentam desafios semelhantes. Aqui, a democracia participativa oferece algumas ideias sugestivas. A interseccionalidade e a democracia participativa são projetos que aspiram à justiça social e tomam forma por meio da solução de problemas e da práxis, a marca registrada do ativismo político de base e dos movimentos sociais. A interseccionalidade e a democracia participativa têm sido proeminentes durante períodos semelhantes, mais notavelmente nos movimentos sociais americanos de meados do século XX por justiça racial, de gênero e econômico, bem como, no ressurgimento de movimentos contemporâneos de justiça social global (POLLETTA, 2014). Assim como a interseccionalidade, a democracia participativa enfrenta um conjunto semelhante de desafios, pois visa a proteger a governança democrática em estados-nação cada vez mais neoliberais. A democracia participativa também enfrenta novos desafios associados ao neoliberalismo, especificamente, como sua associação histórica com os movimentos de justiça social de populações subordinadas, e as pressões para se reformular como um projeto técnico de Estado. Explorar esses laços históricos e conceituais entre a interseccionalidade e a democracia participativa podem gerar novas ideias sobre ambas as áreas. Especificamente, compreensões mais complexas de poder e política podem ajudar cada projeto

individualmente, mas, mais importante, é catalisar um diálogo importante entre eles (PALACIOS, 2016).

Este artigo explora como o desenvolvimento de análises mais complexas de poder e política, lança luz sobre temas importantes para interseccionalidade e para a democracia participativa. Extraído da investigação interseccional, a Parte I, “**Escondido à vista de todos: poder hiper visível e política invisível.**”, delinea três pontos importantes de uma análise do poder: (1) como as análises de intersecção/opressões estruturais que se cruzam sustentam os sistemas de dominação; (2) como uma estrutura de domínios de poder fornece um conjunto de ferramentas conceituais para analisar e responder às relações de poder que se cruzam; e (3) como uma análise mais robusta do coletivo ilumina a ação política de grupos subordinados. A Parte II, “**Feminismo Negro, Solidariedade Flexível e Interseccionalidade**”, baseia-se na análise de poder, examinando o poder e a política do ponto de vista das tradições de resistência de grupos historicamente subordinados. De forma alguma, a ação política das mulheres afro-americanas é o único ou universal caso que fornece uma análise alternativa do poder e da política. O feminismo negro conceitua interseccionalidade e política em termos flexíveis e pragmáticos, com um olhar voltado para uma visão abrangente, em vez dos termos estáticos e ideológicos da teoria política. Constitui, assim, um importante campo para ver o aprofundamento do compromisso com a democracia participativa como alternativa às agendas técnicas do Estado. A Parte III, “**A diferença que o poder faz: implicações para a interseccionalidade e democracia participativa**”, discute as implicações da análise do poder da interseccionalidade para projetos de interseccionalidade e democracia participativa.

1. Escondido à vista de todos: poder hiper visível e política invisível

Como a interseccionalidade entende o poder como um fenômeno multidimensional, esta seção descreve três estruturas de meu próprio trabalho sobre poder e política que fornecem diferentes pontos de partida para analisar relações de poder que se cruzam. São eles: (1) a matriz da estrutura de dominação que explica como

os sistemas de interseção de poder constituem vertentes ou componentes da dominação política (COLLINS, 2000, p. 227-228); (2) a estrutura dos domínios de poder que categoriza como as dimensões estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais do poder operam singularmente e em combinação na formação da organização social do poder (COLLINS, 2000, p. 276-288; COLLINS, 2009; COLLINS; BILGE 2016, p. 5-13; p. 26-27); e (3) a construção da comunidade como uma ferramenta analítica para investigar a resistência e outras formas de comportamento político (COLLINS, 2010). Inicialmente, desenvolvi cada estrutura analisando as relações de poder a partir dos pontos de vista situados das mulheres afro-americanas e grupos semelhantes que são subordinados em sistemas de poder que se cruzavam. Como resultado, coletivamente, essas três estruturas mapeiam uma análise de poder que explica a opressão e sugere estratégias para resistir a ela.

A matriz de dominação se refere a como a dominação política em nível macro de análise é organizada por meio de sistemas de opressão que se cruzam. O heteropatriarcado, o neocolonialismo, o capitalismo, o racismo e o imperialismo constituem formas de dominação que caracterizam a geopolítica global, assumindo diferentes formas entre os Estados-nações e que influenciam todos os aspectos da vida social.

A ênfase da interseccionalidade na intersecção de sistemas de opressão sugere que diferentes formas de dominação possuem suas próprias redes de energia, uma “matriz” distinta de intersecção de dinâmicas de poder. Por exemplo, as interseções de racismo, capitalismo e sexismo dentro dos Estados Unidos serão diferentes daquelas no Brasil, produzindo uma matriz distinta de dominação dentro de cada estado-nação, mas também, com semelhanças entre os dois estados-nação. Ambos os estados-nação podem compartilhar histórias de dominação, por exemplo, como seu extenso envolvimento com o comércio de africanos escravizados, enquanto colônias e enquanto estados-nação democráticos integrantes do capitalismo global.

No entanto, os padrões distintos que a dominação assumiu dentro de cada estado-nação diferem dramaticamente - dominação racial, de classe e de gênero nos Estados Unidos e no Brasil, não pode ser reduzida uma à outra, nem a alguns princípios

gerais de dominação ausentes das especificidades de suas histórias.

A estrutura dos domínios de poder fornece um conjunto de ferramentas conceituais para diagnosticar e criar estratégias de resposta em qualquer matriz de dominação. A estrutura é deliberadamente não linear: não existe relação causal assumida entre os domínios, de forma que um determine o que acontece com o outro. Tal sistema é útil para analisar problemas sociais específicos que afetam populações específicas dentro de uma determinada matriz de dominação, por exemplo, como as políticas de imigração se articulam com as de cidadania. A estrutura dos domínios de poder permite uma análise mais precisa de como as relações de poder injustas são organizadas e resistidas. A heurística de domínios de poder fornece um conjunto de ferramentas de diagnóstico que ajudam os indivíduos dentro de grupos/comunidades subordinados a analisar e desenvolver estratégias de ação em resposta às desigualdades sociais que acompanham os sistemas de opressão que se cruzam. Em essência, a estrutura dos domínios de poder conecta o espaço analítico mais amplo de uma matriz específica de dominação com a dinâmica social de como se organiza o comportamento político individual e coletivo em vários contextos sociais.

A ideia de comunidade constitui uma dimensão integral das relações de poder; é o alicerce para teorizar a resistência de grupos subordinados, bem como, a ação política de indivíduos dentro de tais grupos. Como os grupos subordinados são rotineiramente excluídos das instituições formais de governança e construção de conhecimento, as desigualdades sociais resultantes que eles experimentam limitam sua capacidade de exercer poder dentro e através de múltiplos domínios de poder. Essa exclusão, por sua vez, limita a resolução efetiva de problemas porque as perspectivas das pessoas mais afetadas pelos problemas sociais são silenciadas. Ainda assim, a capacidade de um grupo de pessoas de se unir para garantir sua própria sobrevivência constitui o alicerce da política para resistir a essas práticas de exclusão e supressão⁵.

⁵O trabalho acadêmico ou romantiza as comunidades como refúgios seguros que estão fora do alcance de políticas eleitorais que formam os blocos de construção da sociedade civil, ou romantizam as comunidades como refúgios privados e seguros da esfera pública. A análise geralmente para nas bordas do construto. Aqui, tenho uma visão menos otimista, afirmando que a comunidade é o modelo para uma

Coletivamente, essas três estruturas refletem meus próprios esforços para conceituar o poder de maneira que avance à investigação e a práxis interseccional, tanto dentro quanto fora da área acadêmica. O foco da interseccionalidade em opressões cruzadas como os princípios estruturantes de dominação, sua análise de como as desigualdades sociais que fluem de opressões cruzadas são ordenadas em domínios de poder e a centralidade da comunidade como um modelo para as políticas de dominação e resistência, constituem dimensões importantes para uma análise poderosa da interseccionalidade e, potencialmente, para a democracia participativa.

1.1 Dominação e resistência como objetos de investigação: desvendando a estrutura da matriz de dominação

O foco da interseccionalidade na relação entre as opressões que se cruzam e sua busca pelas características comuns que reaparecem através de opressões múltiplas, potencialmente, aprofunda a compreensão das diferentes formas de dominação e resistência. Nesse sentido, o construto da matriz de dominação fornece uma maneira de extrair insights de várias literaturas sobre dominação, bem como, desenvolver clareza analítica sobre suas interconexões. Dito de outra forma, a dominação política pode contar com princípios semelhantes, mas que são organizados de forma diferente a partir do imperialismo, patriarcado e formas semelhantes de dominação. Além disso, recorrer à interseccionalidade para examinar a matriz de dominação, em qualquer ambiente, pode lançar luz sobre a relação entre sistemas de poder, dominação e resistência política.

Como a teoria política entendeu o conceito de dominação? Colonialismo, pós-colonialismo, imperialismo, heteropatriarcado, capitalismo, nacionalismo, racismo e neocolonialismo constituem formas reconhecidas de dominação política. A vasta literatura sobre dominação política fornece pistas importantes sobre as dimensões compartilhadas de formas de dominação historicamente constituídas em nível macro.

política cotidiana que molda como as pessoas entendem e participam da política. Nesse sentido, a retórica da comunidade serve como substituto para uma linguagem cotidiana da política.

Por exemplo, ao distinguir racismos de extermínio (racismos de extermínio, como genocídio nazista), de racismos de opressão ou exploração (racismos internos, como segregação racial nos EUA, *apartheid* racial na África do Sul e racismos coloniais), Etienne Balibar fornece uma intervenção crucial na teoria racial crítica (BALIBAR, 1991). Balibar argumenta que esses tipos ideais raramente são encontrados isoladamente e que as conexões entre esses tipos são mais comuns. O livro clássico de Zygmunt Bauman, *Modernity and the Holocaust (Modernidade e Holocausto)*, desenvolve essa tese de um racismo de extermínio, estendendo o argumento de Balibar para além do nacionalismo para ligar os racismos de extermínio à própria modernidade (BAUMAN, 1989). A teórica política Hannah Arendt tinha pouco interesse teórico no racismo, mas suas histórias paralelas de dominação dentro do majestoso *The Origins of Totalitarianism (Origens do Totalitarismo)* ressoam tanto com a tese de Balibar sobre racismos internos e externos quanto com a análise de Bauman sobre racismo e modernidade (ARENDR, 1968). Esses três exemplos da teoria política sugerem que, intencionais ou não, essas obras fornecem ferramentas importantes para pensar os contornos da dominação política.

Colocar essa literatura sobre dominação política em diálogo com a ideia da interseccionalidade de opressões que se cruzam, fornece uma rubrica útil para imaginar uma matriz de dominação que toma forma por meio das interconexões de sistemas particulares de poder. Os dicionários Oxford oferecem significados variados e relacionados do termo *matriz* que trazem significados diversificados para o construto. Uma matriz pode se referir a "o ambiente cultural, social ou político em que algo se desenvolve;" ou "um molde no qual algo, como um tipo de registro ou impressão, é fundido ou moldado;" ou "algo (como uma situação ou um conjunto de condições) em que algo se desenvolve ou se forma." Esses significados lançam a construção de matriz como uma estrutura estruturante - não sendo um recipiente benigno no qual algo acontece, mas, ao contrário, dá forma e estrutura aos fenômenos dinâmicos. No entanto, a interseccionalidade adiciona uma análise política a essas compreensões genéricas de uma matriz. Como Vivian May aponta

A interseccionalidade [...] contesta várias ideias consideradas certas sobre a

personalidade, o poder e a mudança social: em particular, sua orientação de 'matriz' multidimensional está frequentemente em conflito com as realidades sociopolíticas de 'eixo único', normas de conhecimento e estruturas de justiça (MAY, 2015, p. 1).

Algumas dimensões-chave da estrutura da matriz de dominação moldam essa noção da estrutura estruturante de dominação e resistência. Em primeiro lugar, todos os contextos de dominação incorporam alguma combinação de opressões que se cruzam, embora a dominação e a resistência sejam organizadas de maneira diferente nos contextos sociais. As matrizes de dominação podem assumir formas diferentes nos cenários nacionais – como o exemplo já mencionado dos Estados Unidos e do Brasil – ainda que o conceito de uma matriz de dominação se refira à universalidade das opressões que se cruzam em realidades locais específicas. Assim, como opressões que se cruzam assumem formas historicamente específicas que mudam em resposta às ações humanas – a segregação racial persiste, mas não nas formas que assumiu em eras anteriores – desse modo, a própria forma de dominação muda (COLLINS, 2000, p. 227-228).

Em segundo lugar, embora os sistemas de poder estejam teoricamente presentes e potencialmente disponíveis dentro de uma matriz de dominação, na realidade, alguns poderes são mais relevantes do que outros em contextos sociais específicos. A interseccionalidade fornece um modelo para vermos vários sistemas de poder como iminentes, mas nem todos os sistemas de poder são equivalentes ou mesmo visíveis dentro de uma dada matriz de dominação. Uma análise aprimorada sobre relevância é essencial para a análise interseccional, bem como, para ações políticas que buscam resistir à dominação. Nos Estados Unidos, por exemplo, raça, gênero, classe e nação estão fortemente agrupados, com raça muitas vezes operando como aliado de classe. Os movimentos sociais podem lançar suas agendas em relação às lutas sobre o significado da identidade nacional americana, em essência, problematizando nação de forma a destacar os sistemas negligenciados de poder. O feminismo teve um impacto importante na política dos Estados Unidos, precisamente porque politiza as relações de gênero ao mostrar como gênero e sexualidade moldam aquela política nacional aparentemente

universal. Gênero e sexualidade estiveram lá o tempo todo, mas se tornaram proeminentes em resposta ao feminismo enquanto movimento social.⁶

Finalmente, quando informada pelo foco da interseccionalidade em opressões que se cruzam, a estrutura da matriz da dominação capta melhor as complexidades e instabilidades que caracterizam como a dominação e a resistência coexistem. Seja racismo ou sexismo, a resistência está sempre presente, mesmo que pareça invisível. A resistência está embutida na dominação - uma matriz específica de dominação toma forma a partir da relação recursiva que liga sua confiança em opressões e resistências que se cruzam. Uma determinada matriz de dominação contém uma trama de interseções de privilégios e desvantagens que moldam o comportamento político. Todos os indivíduos e grupos que participam dessas relações sociais dinâmicas chegam a um acordo com as contradições de privilégio e penalidade dessas posições sociais complexas que constituem outro ângulo de visão, tanto do poder quanto das ações políticas que ocorrem nessas posições.

Como a interseccionalidade, que emergiu de várias tradições de resistência, desenvolveu-se uma visão analítica de poder em que a ideia de uma matriz de dominação em seu núcleo, pode lançar luz sobre estratégias de resistência. Os grupos subordinados têm interesse em descobrir, analisar e avaliar como a dominação molda suas experiências com desigualdades sociais e problemas sociais. Em contraste, os grupos de elite têm interesse em minimizar e apagar o funcionamento da dominação em todos os domínios da organização social. Como as elites controlam muito do trabalho acadêmico, a dominação política é tratada como algo tão comum a ponto de ser comum. Ver a dominação como algo comum coloca a resistência à dominação como incomum e excepcional. Nesse sentido, a estrutura da matriz de dominação destaca a importância

⁶ A certa altura, uma vigorosa literatura feminista engajou-se no nacionalismo, examinando tópicos como: de que forma as políticas públicas dos estados-nação eram inerentemente interseccionadas e como as identidades nacionais de vários estados-nação dependiam da intersecção de sistemas de poder. Com o surgimento do pós-estruturalismo e do neoliberalismo na década de 1990, os estudiosos se afastaram da literatura sobre o nacionalismo e, especialmente, da ênfase no poder do Estado. Para um texto central dessa literatura, que adotou uma abordagem estrutural para a interseccionalidade e o nacionalismo, consulte Anthias, Floya e Nira Yuval-Davis. 1992. *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Color and Class and the Anti-Racist Struggle*. Nova York: Routledge.

da relação recursiva entre dominação e resistência, organizada em domínios de poder.

1.2 Ferramentas para analisar as relações de poder: a estrutura dos domínios de poder

A estrutura de domínios de poder é um dispositivo heurístico para examinar a organização dessas relações. Essa heurística pode ser usada para analisar sistemas de poder, individualmente ou em conjunto, por exemplo, a organização do racismo como um sistema singular de opressão (COLLINS, 2009, p. 40-81), bem como, cruzar sistemas de poder. A heurística também pode ser usada para analisar a resistência às opressões, por exemplo, as histórias únicas de antirracismo ou feminismo, bem como, sua convergência dentro do feminismo interseccional.

Resumidamente, a heurística tem quatro elementos principais. As políticas públicas que organizam e regulam a instituição social constituem o *domínio estrutural do poder*. A hierarquia social assume formas dentro das instituições sociais como bancos, seguradoras, departamentos de polícia, setor imobiliário, escolas, lojas, restaurantes, hospitais e agências governamentais. Quando as pessoas usam as regras e regulamentos da vida cotidiana e políticas públicas para sustentar hierarquia social ou desafiá-la, sua agência e ações moldam o *domínio disciplinar do poder*. Cada vez mais dependentes de táticas de vigilância, as pessoas observam umas às outras e se autocensuram ao incorporar práticas disciplinares em seu próprio comportamento. O *domínio cultural do poder* refere-se as instituições e práticas sociais que produzem as ideias hegemônicas que justificam as desigualdades sociais, assim como as ideias contra hegemônicas criticam as relações sociais injustas. Por meio das mídias tradicionais e sociais, do jornalismo e dos currículos escolares, o domínio cultural constrói representações, ideias e ideologias sobre a desigualdade social. O *domínio interpessoal de poder* engloba a miríade de experiências que os indivíduos têm dentro de opressões que se cruzam⁷.

⁷ Publiquei várias dessas heurísticas, com pequenas revisões. Versões anteriores enfatizavam a dominação e a opressão como temas principais, deixando menos espaço para resistência. Por exemplo, a edição da

A heurística dos domínios de poder, potencialmente, traz várias contribuições para o desenvolvimento de uma análise de poder. Primeiro, porque a estrutura dos domínios de poder é uma heurística e não um modelo explicativo, ela não faz nenhuma afirmação teórica causal sobre opressões que se cruzam. Nenhum domínio é considerado mais importante do que outro. As relações de poder dentro de cada domínio podem ser analisadas, bem como, aquelas que abrangem dois, três ou todos os quatro domínios. A heurística sugere que todos os domínios de poder estão presentes e influenciam a organização do poder em qualquer contexto social. No entanto, já que na prática social o peso político colocado em um domínio sobre outros é historicamente e contextualmente expresso, a heurística destaca a importância do contexto histórico e espacial na análise de relações de poder que se cruzam. Isso se torna especialmente importante ao conceituar relações de poder que se cruzam, precisamente por serem tão complexas. A heurística é eficaz porque é flexível. As ações dentro de um domínio podem ser comparadas em vários períodos históricos ou localizações geográficas. Como alternativa, a sinergia entre vários domínios pode ser comparada em vários períodos de tempo.

Em segundo lugar, a heurística protege contra o reducionismo porque a sinergia entre os domínios de poder traz luz às formas complexas que a dominação e a resistência podem assumir através dos domínios (COLLINS, 2009, p. 54-56). Por exemplo, esforços para suprimir os votos de negros e latinos nas eleições presidenciais dos EUA de 2016 podem ser mapeados em todos os quatro domínios de poder; a ação legal para declarar tais eleitores inelegíveis (estrutural); divulgação de notícias falsas sobre fraude eleitoral generalizada sem evidências para criar uma percepção de cidadãos indignos (cultural); a criação de um ambiente hostil para eleitores negros de baixa renda por meio de práticas como mudar seu local de votação para dentro da sala do delegado (disciplinar);

década de 1990 do *Black Feminist Thought* descreve o domínio cultural como “hegemônico”. No entanto, o surgimento de estudos culturais que examinam como a cultura constitui um importante local de resistência política destacou minha ênfase exagerada na dominação. Da mesma forma, o meu termo “interpessoal” objetivou expressar a dinâmica do self-social dentro do contexto da comunidade, mas o termo domínio “experiencial” captura melhor meu pensamento atual.

e o encorajamento para que os cidadãos brancos patrulhassem os locais de votação para intimidar possíveis eleitores minoritários (interpessoal). Assim, cada uma dessas práticas resulta em uma forma de resistência específica, bem como um ativismo trans domínio.

Por fim, ao considerarmos como uma ação específica, política, de ação social ou mesmo um desastre, raramente, esta pode ser explicada por meio de um único domínio de poder ou utilizando um único sistema de opressão; a heurística de domínios de poder constrói uma complexidade analítica nas análises de poder interseccionais. Teoricamente, as relações de poder podem ser analisadas tanto por meio de *sua construção mútua*, por exemplo, o racismo e sexismo são opressões interseccionadas, bem como, *através dos domínios de poder*, chamadas estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais. Ao mesmo tempo, a simplicidade da heurística dos domínios de poder nos ajuda a navegar na complexidade que acompanha as análises interseccionais de poder. A estrutura nos permite agrupar domínios com base nas necessidades de projetos intelectuais e políticos específicos, para focar em um ou mais domínios, sempre ciente de que os outros estão lá. Esse é o mesmo tipo de agrupamento conceitual que traz luz à prioridade concedida às formas específicas de opressão dentro de uma determinada matriz de dominação. Priorizar sistemas de poder com base em sua importância para contextos históricos e sociais específicos significa que se pode começar a analisar o racismo ou sexismo sem o fardo de considerar todos os sistemas de poder ao mesmo tempo.

1.3 Comportamento político coletivo e as políticas da comunidade

A comunidade fornece um construto para teorizar o comportamento coletivo. Em sua essência, as pessoas são submissas e resistentes à hierarquia social em ambientes comunitários de ideias e práticas padronizadas e compartilhadas. As democracias liberais apontam para os direitos de cidadania individual como o alicerce da política democrática, apresentando promessas de liberdade pessoal para aqueles que abandonam as restrições de várias coletividades. No entanto, a desigualdade social não

significa apenas que os indivíduos de grupos oprimidos não podem exercer esses direitos, mas que é improvável que ganhem esses direitos sem uma ação coletiva sustentada. Nesse sentido, as comunidades constituem um necessário, embora, difamado alicerce da política (COLLINS, 2010).

Diversas características do construto de comunidade trazem contribuições importantes para a compreensão da política. Em primeiro lugar, as comunidades constituem os principais veículos que vinculam os indivíduos às instituições sociais que organizam desigualdades sociais complexas. Desigualdades sociais complexas se transformam em opressões cruzadas organizadas por domínios de poder, mas as comunidades fornecem o contexto no qual as pessoas vivenciam essas relações de poder. Os indivíduos não têm relações imediatas com relações de poder. Ao invés disso, comunidades múltiplas e transversais fazem o trabalho de situar os indivíduos em contextos sociais. Conceitualmente, as comunidades não são modelos de participação democrática nem hierarquia profundamente enraizada. Embora as comunidades sejam imaginadas de várias maneiras para muitos projetos políticos, elas são construídas por seus membros, que as tornam o que desejam ou as dissolvem por completo. Intencionalmente ou não, as pessoas usam o construto de comunidade para dar sentido e organizar todos os aspectos da estrutura social, incluindo suas respostas políticas às situações enfrentadas. Da mesma forma, as instituições sociais usam os símbolos e princípios organizacionais da comunidade para organizar as desigualdades sociais.

Em segundo lugar, as ideias sobre a comunidade muitas vezes levam as pessoas à ação, geralmente catalisando fortes sentimentos sobre os membros do próprio grupo e sobre outros. A comunidade não é simplesmente uma construção cognitiva: está impregnada de emoções e significados carregados de valores. Se uma comunidade imaginada é baseada em um bairro; um modo de vida associado a um grupo de pessoas; ou um ethos cultural compartilhado de uma raça, nação ou grupo étnico ou coletividade religiosa; as pessoas rotineiramente sentem a necessidade de celebrar, proteger, defender e replicar suas próprias comunidades e ignorar, desconsiderar, evitar e, ocasionalmente, destruir as dos outros (ANDERSON, 1983). Essa capacidade de controlar emoções significa que o construto de comunidade é versátil e fácil de usar. No

entanto, essas mesmas características fomentam suposições não examinadas e tidas como certas sobre como as comunidades são e deveriam ser (COHEN, 1985). Na vida cotidiana e dentro de muitos discursos acadêmicos, o termo comunidade é usado de forma descritiva, com um mínimo de análise ou explicação. Como resultado, a comunidade pode ser imaginada de muitas maneiras, desde o nível micro de análise tão proeminente na psicologia social até a análise de nível macro das nações como comunidades imaginadas. Pode-se imaginar a comunidade através da lente tanto da inclusão multicultural quanto do racismo, sexismo e categorias semelhantes de pertencimento e exclusão (YUVAL-DAVIS, 2011).

Desse modo, pelo fato das pessoas exercerem poder em suas vidas cotidianas como indivíduos dentro das comunidades, elas usam a construção da comunidade para pensar e fazer política. Dito de outra forma, a construção de comunidade fornece um modelo para descrever as relações de poder reais conforme as pessoas as vivem e as conceituam. As pessoas usam a ideia de comunidade para organizar e dar sentido às experiências individuais e coletivas que têm nos arranjos de poder hierárquico. Uma comunidade é mais do que uma coleção aleatória de indivíduos. Em vez disso, as comunidades constituem locais importantes para reproduzir as relações de poder que se cruzam, bem como, para contestá-las. Dentro de um determinado estado-nação, as desigualdades sociais organizam sua identidade nacional ou senso de comunidade nacional, com indivíduos inseridos em comunidades reais como uma forma de pensar sobre seu posicionamento nas relações de poder interseccionais. Assim, a comunidade constitui uma construção política central porque serve de modelo para o comportamento político.

Finalmente, olhar para a comunidade como uma estrutura para o comportamento político coletivo destaca a importância da ação coletiva. As coletividades que são oprimidas como grupos identificáveis, frequentemente, fornecem mais espaço para a individualidade e a humanidade dentro dos limites das comunidades raciais, étnicas, religiosas e/ou de classe do que é oferecido na sociedade em geral. Os grupos oprimidos precisam de unidades coletivas duráveis que se associem com as relações sociais reais. Em resumo, a comunidade como modelo para relações de poder enfatiza a política coletiva em detrimento da valorização do indivíduo como o principal

destinatário da cidadania.

O poder analítico apresentado nesta seção oferece uma análise completa do poder e da política. No entanto, começar com o comportamento político e as análises de grupos subordinados fornece um ângulo diferente de visão sobre poder e política. Na próxima seção, examino como as tradições de resistência de grupos historicamente subordinados fornecem um ângulo distinto de visão tanto sobre o significado de poder quanto sobre os contornos da política.

2. Feminismo negro, solidariedade flexível e interseccionalidade

As comunidades não fornecem apenas um apaziguamento da opressão, elas podem se tornar locais de resistência a ela. Mulheres afro-americanas viram seus pais, irmãos e filhos serem assassinados, perderam seus filhos para armas e drogas, cuidaram dos filhos de suas filhas adolescentes e visitaram seus irmãos na prisão. Muito disso ocorreu dentro dos limites da segregação racial, mas não tudo. As experiências individuais das mulheres negras com a opressão, testemunhando o sofrimento pessoal de seus entes queridos e compreendendo a natureza padronizada dos ataques dirigidos aos negros, mulheres, pessoas pobres e pessoas LGBTQ como coletividades, forneceram catalisadores significativos para a ação. Por meio desses vários modos de entrada na ação política, as mulheres afro-americanas, normalmente, desenvolveram uma sensibilidade para as questões das mulheres, ampliando as análises preexistentes sobre o racismo e a exploração de classe social para incluir a opressão adicional de gênero, uma vez que ela afeta suas próprias vidas e as de suas comunidades. Além disso, como é o caso do feminismo negro, quando não existem comunidades políticas, as pessoas as criam.

O feminismo negro constitui um importante caso para estudar como uma população subordinada continua a se fortalecer dentro do contexto de dominação dos Estados Unidos. As mulheres afro-americanas desenvolveram o pensamento feminista negro como um projeto de conhecimento de oposição, que reflete os interesses políticos e as tradições de resistência das mulheres negras (COLLINS, 2000). Tal conhecimento enfatiza que entendimentos complexos de dominação são organizados e operam

(interseccionando opressões), bem como, perspectivas complexas sobre possibilidades políticas dentro de tais contextos, compreensões feministas negras de solidariedade. Nesse sentido, as conexões do pensamento feminista negro com a genealogia da interseccionalidade tornam esse caso especialmente significativo para examinar a diferença que o poder faz (CARASTATHIS, 2016; COLLINS; BILGE, 2016, p. 63-87; HANCOCK, 2016).

Historicamente, este projeto mais amplo do pensamento feminista negro como conhecimento de oposição extraiu e influenciou o comportamento político cotidiano das mulheres afro-americanas nas famílias, nos empregos e na participação cívica. Também moldou como as líderes feministas negras, intelectuais e/ou ativistas entendiam o poder e a política. Isso é importante porque as mulheres negras trazem um sentido distinto da política tanto para a interseccionalidade quanto, potencialmente, para a democracia participativa, demonstrando uma sensibilidade que reflete como aqueles na base da hierarquia social concretizam o poder analítico anterior.

O racismo, o capitalismo e o heteropatriarcado constituíram formas altamente relevantes de dominação para as mulheres afro-americanas (MARABLE, 1983). As análises aprofundadas das mulheres negras sobre a interseccionalidade e suas conexões com a ação política, por exemplo, solidariedade flexível, refletem a organização específica das relações de poder que se cruzam nas comunidades segregadas afro-americanas e na sociedade dos Estados Unidos. As mulheres negras chegaram à interseccionalidade e à solidariedade flexível tanto como indivíduos quanto como membros de uma comunidade historicamente construída. Como as mulheres negras experimentaram a dominação de raça/classe no recorte de gênero, elas estavam mais bem posicionadas para ver como o gênero e a sexualidade afetam suas vidas nas opressões do racismo e do capitalismo. Com o tempo, as intelectuais afro-americanas desenvolveram entendimentos mais complexos de opressões que se cruzam, bem como, perspectivas pragmáticas a respeito do engajamento político com elas. Essa matriz de dominação de opressões de raça, classe, gênero e sexualidade organizou as relações de poder tanto dentro como fora dos bairros afro-americanos. Nas seções seguintes, uso como base analítica de poder, para explorar como o feminismo negro reflete o ativismo

intelectual das mulheres afro-americanas, como a interseccionalidade e a solidariedade flexível emergem como dimensões importantes de um feminismo negro em amadurecimento.

2.1 Trabalho comunitário de mulheres negras e pensamento feminista negro

A mudança dos contornos do trabalho comunitário das mulheres negras ilustra a trajetória que o pensamento feminista negro tomou dentro das comunidades afro-americanas (COLLINS, 2006, p. 123-160). Antes do período dos pós-direitos civis, o trabalho comunitário das mulheres afro-americanas estava no centro da política afro-americana. Para homens e mulheres afro-americanos, trabalhar para mudar escolas segregadas, procedimentos eleitorais tendenciosos, orientação racial na habitação e políticas de emprego discriminatórias constituíram um caminho para a dignidade pessoal e a liberdade individual. Ao mesmo tempo, as mulheres negras também contribuíram para as comunidades afro-americanas trabalhando em colaboração com os homens negros, apontando as contradições internas da violência e do amor na sociedade civil afro-americana e falando contra a violência contra as mulheres negras e outros problemas sociais semelhantes. Como uma política de sobrevivência, o trabalho comunitário das mulheres negras fez contribuições importantes para o bem-estar comunitário. Portanto, o ativismo político das mulheres negras foi expresso pelo trabalho, pela transformação institucional e pela sobrevivência do grupo dentro de uma estrutura mais ampla de lutas coletivas por justiça social (COLLINS, 2000, p. 201-225).

Antes dos movimentos sociais de meados do século XX, o trabalho comunitário das mulheres negras ocorria principalmente dentro de comunidades racialmente segregadas e abrangia tanto protestos quanto políticas de sobrevivência, tendo a sobrevivência enquanto foco dos recursos.⁸ O trabalho comunitário incluiu uma série de

⁸ Nas sociedades democráticas, a política institucional examina os mecanismos de governança, enxergando os funcionários eleitos, burocratas, eleitores e cidadãos como atores políticos genuínos. Na falta de direitos de cidadania, ao mesmo tempo sendo definidas como menos que humanas, as mulheres negras historicamente tiveram cargos de poder e autoridade nas instituições sociais dos Estados Unidos.

atividades, um trabalho reprodutivo projetado para (1) garantir a sobrevivência física das crianças afro-americanas; (2) construir identidades negras que protegem os afro-americanos dos ataques da supremacia branca; (3) apoiar famílias, organizações e outras instituições afro-americanas da sociedade civil negra; e/ou (4) transformar escolas, locais de trabalho, agências governamentais e outras instituições sociais importantes. Durante a era da escravidão e em meados do século XX, indivíduos ativistas intelectuais afro-americanos ganharam reconhecimento na sociedade. Por exemplo, Anna Julia Cooper, Ida Wells-Barnett, Mary McLeod Bethune, Pauli Murray, Ella Baker e Anna Arnold Hegeman eram excepcionais, mas suas ideias e ações também refletiam a compreensão do ativismo intelectual das mulheres negras como sendo parte de algum aspecto das comunidades negras locais, nacionais e/ou transnacionais (BAY *et al*, 2015).

Dentro dos limites dos bairros afro-americanos, muitas mulheres exerceram lideranças que foram projetadas para ajudar os indivíduos em suas comunidades a sobreviver, crescer e rejeitar as práticas de racismo antinegros em todos os domínios do poder. O trabalho materno das mulheres negras, um campo importante do trabalho comunitário, ilustra a textura de várias camadas da política delas. Embora o trabalho materno se assemelhe ao trabalho de cuidar, especialmente no que se refere ao trabalho de cuidar como um conjunto de princípios para a participação democrática (ver, por exemplo, TRONTO, 2013), porque o trabalho materno está profundamente enraizado nas políticas de sobrevivência das comunidades afro-americanas, foi infundido com uma intenção política mais ampla. Quer tivessem filhos biológicos ou não, o trabalho que as mulheres negras realizavam no cuidado de suas comunidades constituiu um importante local que, simultaneamente, politizou as mulheres afro-americanas e serviu como o principal campo para seu ativismo⁹.

A política de protesto na esfera pública complementa as definições liberais de política institucional, tipicamente enquadrada por um foco no ativismo do movimento social. Em contrapartida, a *política de sobrevivência*, o trabalho árduo necessário para garantir que um grupo de pessoas esteja preparado para entrar nas instituições públicas e/ou seja capaz de protestar, constitui o alicerce da política comunitária por estar associada à esfera privada, é negra, é mulher e pobre. Os movimentos sociais de meados do século XX criaram oportunidades para muitas mulheres negras entrarem na política institucional.

⁹ Mais informação: <<http://kgou.org/post/doctor-patricia-hill-collins-works-expand-platform-black-womens-voices>>. (Acesso em: 10 mar. 2017).

Em um mundo que desvaloriza a vida dos negros, defender a vida dos jovens negros e ter como objetivo dar esperança a essas vidas, é um ato de resistência radical. Nesse sentido, expressões contemporâneas do trabalho materno que invocam essas profundas raízes culturais trazem aos projetos políticos uma noção mais politizada de cuidado. No passado e atualmente, o trabalho materno assume diversas formas (ver, por exemplo, STORY, 2014). Como Fannie Lou Hamer, Ella Baker e membros do Partido dos Panteras Negras, algumas mulheres optam por se tornar “mães da comunidade” e contribuir com seu trabalho reprodutivo para a política de sobrevivência de suas comunidades locais. Ativistas de base locais que lutam por água potável, melhores escolas, treinamento profissional e serviços policiais e sociais mais responsivos para seus bairros, cuidam de suas comunidades por meio de ações. Certamente os homens fizeram e continuam a fazer o trabalho materno, mas em face do policiamento diferencial e do encarceramento em massa que remove tantos homens negros das comunidades afro-americanas, o trabalho materno continua a recair sobre as mulheres negras. Quando unidas a uma base organizacional fornecida por igrejas negras e outras organizações comunitárias, as mulheres afro-americanas frequentemente encontram apoio institucional para iniciativas de justiça social. A importância das mulheres afro-americanas dentro das igrejas negras como organizações fundamentais da sociedade civil negra proporcionou uma arena importante para o seu ativismo político, bem como sua consciência em relação ao político. Essa tradição moral e ética as encorajou a renunciar aos chamados interesses especiais das questões como mulheres para o bem maior da comunidade abrangente. Dentro dessa estrutura interpretativa, lutar em nome da liberdade e da justiça social para toda a comunidade negra e por uma sociedade mais inclusiva baseada na justiça social era, na verdade, lutar pela própria liberdade pessoal. Os dois não podiam ser separados facilmente.

2.2 Por que solidariedade flexível? Por que a interseccionalidade?

Solidariedade flexível e interseccionalidade constituem duas dimensões interdependentes do feminismo negro que emergem da política comunitária. Cada uma delas se aprofundou ao longo do tempo em resposta a novas restrições e oportunidades de domínio e resistência em todas as esferas de poder. Em vez de ver o feminismo negro como um conjunto estático de ideias que surgiram das mentes de algumas mulheres negras ativistas intelectuais, situar o feminismo negro dentro dos contornos mutantes do trabalho comunitário de mulheres negras, sugere que o feminismo negro contemporâneo se baseia em formas sedimentadas de investigação e ação social. A interseccionalidade como um discurso nomeado ganhou destaque na década de 1990 (ver, por exemplo, CRENSHAW, 1991), com atenção analítica à solidariedade emergindo mais recentemente (ver, por exemplo, SHELBY, 2005). No entanto, os laços entre interseccionalidade e solidariedade flexível dentro do feminismo negro são anteriores a esse reconhecimento contemporâneo.

O engajamento no trabalho comunitário de mulheres negras promoveu um compromisso com a solidariedade negra como uma característica central do engajamento político das mulheres afro-americanas tanto dentro quanto em nome das comunidades negras. Sem solidariedade entre os afro-americanos, as lutas políticas para acabar com a dominação racial estariam condenadas. No entanto, para as mulheres negras, uma solidariedade inquestionável não poderia ser inerentemente desejável nem eficaz quando se apoiava em hierarquias de gênero intergeracionais dominadas por homens. Essa solidariedade era hierárquica, rígida, muitas vezes apoiada pela teologia ou tradição religiosa, e criava barreiras para uma ação política eficaz. As mulheres negras viram a necessidade de solidariedade, mas calibraram suas ideias e ações para aprimorar entendimentos críticos de solidariedade que fossem mais adequados para projetos políticos. Solidariedade não era uma categoria essencialista, um feixe de regras que era aplicado cegamente no tempo e no espaço. Em vez disso, uma compreensão flexível da solidariedade permitiu que as mulheres negras trabalhassem com o conceito, moldando-o aos desafios em mãos.

Trabalhar em organizações negras, frequentemente, sensibilizou as mulheres afro-americanas para as desigualdades de gênero e sexualidade dentro das comunidades

negras, bem como, dentro da sociedade em geral. Essa consciência catalisou análises interseccionais. No entanto, os contextos nos quais as pessoas realizam trabalho intelectual são tão importantes quanto o conteúdo das ideias e quanto eles próprios. Nesse caso, como a interseccionalidade, as compreensões de solidariedade também foram elaboradas por meio do comportamento político cotidiano e organizado das comunidades afro-americanas. Por outro lado, manter a vigilância política em face da dominação política, em que o racismo era especialmente saliente, exigia estar em sintonia com as implicações políticas das escolhas estratégicas.

As mulheres afro-americanas não pensavam da mesma forma ao aprimorar seus entendimentos de interseccionalidade e solidariedade. Por exemplo, muitas mulheres afro-americanas que trabalharam no SNCC (Comitê Coordenador de Estudantes Não Violentos) durante o movimento pelos direitos civis, experimentaram um crescimento na consciência feminista como resultado da política de gênero da organização (ANDERSON-BRICKER, 1999). Em contraste, outras falharam em desafiar as hierarquias de gênero e sexualidade, argumentando que focar em questões que aparentemente estavam fora das agendas de direitos civis diluiria a ação anti-racista. Da mesma forma, as mulheres afro-americanas há muito mantêm múltiplas perspectivas e realizam uma série de ações dentro das organizações religiosas negras. Muitas mulheres afro-americanas usaram a teologia de uma igreja administrada por homens para defender a igualdade de gênero, enquanto outras questionavam as interpretações feitas por seus ministros das escrituras cristãs sobre o lugar legítimo das mulheres (HIGGINBOTHAM, 1993). Algumas deixaram as igrejas completamente, encontrando outras tradições de fé mais adequadas às suas perspectivas políticas. As mulheres negras eram mais propensas a encontrar problemas femininos por meio de interações diárias dentro de organizações que formavam a esfera pública das comunidades afro-americanas do que dentro de organizações feministas formais.

Apesar da frente unida apresentada ao público, dentro das comunidades afro-americanas, as mulheres negras frequentemente questionavam uma política de solidariedade que exigia sua lealdade aos homens negros que não só não conseguiam entender os problemas sociais que as mulheres negras enfrentavam, mas que

frequentemente estavam imbricados na criação deles. Em vez de rejeitar completamente a política de solidariedade, uma postura que só agora se tornou disponível para muitas mulheres afro-americanas, elas optaram por moldar essa solidariedade, às vezes trabalhando com homens negros, outras vezes se opondo a eles. A concepção de flexibilidade ligada a uma ação social e baseada em princípios não significava que as mulheres valorizassem a obediência, mas sim que o contexto social importava. Em essência, a interseccionalidade associada a noções mais contingentes e flexíveis de solidariedade negra moldou a participação das mulheres negras em projetos mais amplos de movimentos sociais de meados do século XX, bem como desafiou o entendimento da solidariedade existente há muito tempo na política afro-americana.

Um exemplo disso são as ativistas intelectuais feministas negras do início do século XX, que não apenas desenvolveram a interseccionalidade na elaboração de análises teóricas de problemas sociais específicos, mas também, praticavam uma solidariedade flexível que teve uma influência importante em sua produção intelectual. Por exemplo, em seu volume de 1892, *A Voice from the South*, Anna Julia Cooper (1858-1964) fornece uma análise interseccional que precede tanto o feminismo negro moderno quanto a interseccionalidade. Pesquisadores contemporâneos estudam Cooper como uma intelectual fundamental dentro do feminismo negro, apontando para suas análises interseccionais das desigualdades sociais que levaram em conta as relações de poder de raça /classe/gênero e nação. Cooper também adotou uma perspectiva global sobre as desigualdades sociais, com seu trabalho sobre as revoluções no Haiti e na França, ilustrando sua compreensão do colonialismo e do imperialismo como formas de dominação (MAY, 2007). Ida B. Wells (1862-1931), outra importante intelectual feminista afro-americana, também avançou em análises intersetoriais no contexto da ação política. Usando o linchamento para apontar como a sexualidade estava entrelaçada com racismo e sexismo, Wells criticou as teorias prevaletentes de desigualdade social que se concentraram no desvio biológico e cultural afro-americano (COLLINS, 2002).

Cooper e Wells também eram organizadoras comunitárias com visibilidade, as duas mantinham laços estreitos com as comunidades afro-americanas. No processo de desenvolver suas análises intersetoriais da situação das mulheres negras e do

linchamento, Cooper e Wells estavam profundamente enraizadas nas comunidades afro-americanas e viram os efeitos de seu trabalho intelectual. No entanto, o ativismo intelectual delas também alcançou além do trabalho comunitário de mulheres negras para projetos feministas e anti-imperialistas domésticos e internacionais mais amplos. Suas respectivas carreiras demonstram uma solidariedade flexível, em que entraram em coalizões com homens negros, mulheres brancas, afro-americanos de classe média e outros atores políticos que poderiam ajudar a resolver os problemas que as preocupavam.

O ressurgimento de um vibrante feminismo negro no início do século XX destaca a persistência da interseccionalidade e da solidariedade flexível dentro do ativismo intelectual das mulheres afro-americanas. O feminismo negro contemporâneo se autodefine explicitamente em termos interseccionais e baseia-se na solidariedade flexível em suas práticas organizacionais. O surgimento do Black Lives Matter em 2012 ilustra a centralidade das mulheres negras como atores políticos e o ressurgimento do feminismo negro como um movimento social (COBB, 2016). Inicialmente liderado por três mulheres queer afro-americanas que criaram a hashtag #BlackLivesMatter, o grande crescimento estelar do Black Lives Matter de 2012-2016 ilustra como o legado do feminismo negro foi trazido para lidar com o problema social contemporâneo da violência racial sancionada pelo Estado. O site do Black Lives Matter passou por atualizações substanciais conforme a organização crescia, mas a descrição de sua missão permaneceu constante:

Enraizado nas experiências dos negros neste país que resistem ativamente à nossa desumanização, #BlackLivesMatter é um apelo à ação e uma resposta ao virulento racismo anti-negro que permeia a nossa sociedade. Black Lives Matter é uma contribuição única que vai além dos assassinatos extrajudiciais de negros pela polícia e vigilantes. Black Lives Matter afirma a vida de negros queer e transexuais, deficientes físicos, negros sem documentos, pessoas com passagens, mulheres e todas as vidas negras ao longo do espectro de gênero. Centraliza os que foram marginalizados dentro do movimento de libertação negra (blacklivesmatter.com).¹⁰

¹⁰ In: <blacklivesmatter.com>. (Acesso em: 15 fev. 2017).

Black Lives Matter ilustra a interconexão flexível de interseccionalidade e solidariedade, bem como, os desafios contínuos de usar essas ideias na investigação e práxis contemporâneas. O movimento, conforme estabelecido pelos fundadores do #blacklivesmatter, é claramente interseccional, destacando como todos os indivíduos negros dentro das comunidades negras eram dignos de proteção política. Seu mandato interseccional aprofunda a análise de como diferentes subgrupos dentro das comunidades negras vivenciam a dominação racial. Significativamente, as práticas de Black Lives Matter também ilustram os desafios de usar a solidariedade flexível tanto dentro de uma comunidade política quanto dentre/através de comunidades políticas. Conforme o movimento evoluiu, ele rejeitou a institucionalização hierárquica que caracteriza as organizações tradicionais de direitos civis em favor de uma estrutura organizacional descentralizada mais fluida.

Por meio de suas ideias e atividades, o Black Lives Matter avança uma contra narrativa sobre as relações de poder interseccional e contra política fundamentada na ação coletiva que enfatiza a sinergia de ideias e ação. Inclui ferramentas de análise de problemas sociais, por exemplo, a interseccionalidade como uma ferramenta analítica para compreender a organização da violência sancionada pelo Estado em todos os domínios de poder. Black Lives Matter também promove a ideia de solidariedade flexível como a base da ação política.

A forma de feminismo negro avançado dentro do Black Lives Matter ilustra o significado de como os movimentos sociais coletivos de base trazem um ponto de vista de oposição às questões da democracia participativa. Avançar uma agenda de justiça social requer o aprofundamento da participação democrática, ações que destacam a tensão criativa entre o desejável, o possível, o provável e o prático. Com cada iteração de uma visão particular, neste caso, interseccionalidade, ou nas sempre mutáveis formas particulares de vivenciar o mundo, para as mulheres negras as lições de solidariedade flexível e a vida cotidiana é vivida como enraizada, fundamentada, incerta, dinâmica e holística. É caracterizada por oportunidades infinitas de se envolver em análises críticas e/ou agir. Na vida cotidiana, os princípios dão sentido à vida e as ações se tornam significativas.

3. A diferença que o poder faz: implicações para a interseccionalidade e a democracia participativa

Como a interseccionalidade e a democracia participativa compartilham uma trajetória histórica comum, colocá-las em diálogo beneficia potencialmente ambas. Ambos os projetos ganharam visibilidade renovada durante os movimentos sociais de meados do século XX pelos direitos civis, feminismo e a nova esquerda (ver, por exemplo, COLLINS; BILGE, 2016, p. 65-77; D'AVIGDOR, 2015). Interseccionalidade e democracia participativa também compartilham preocupações; ambas aspiram a novas relações sociais de igualdade, equidade, inclusão e justiça social. Para ambos os projetos, alcançar esses fins éticos requer a construção de comunidades equitativas de investigação e práxis que possam sobreviver dentro de opressões entrecruzadas, embora as desafiem. Em outras palavras, os dois projetos enfrentam a questão de construir solidariedades intelectuais e políticas em meio às diferenças de poder.

Dentro dessas semelhanças, a interseccionalidade traz recursos particulares para a tarefa específica de construir solidariedade intelectual e política inclusiva que beneficia potencialmente tanto o seu próprio projeto quanto o da democracia participativa. A analítica do poder apresentada aqui, sugere uma visão distinta da ação coletiva que, por sua vez, promove entendimentos mais complexos da solidariedade política. Usar o construto da comunidade como um veículo flexível e estrutural para solidariedades complexas complementa as ênfases existentes na construção da solidariedade política entre os indivíduos, com uma atenção renovada a como as estruturas e os grupos são igualmente, senão mais significativos, na ação política. O poder se acumula e é exercido por indivíduos, mas esses indivíduos estão localizados em estruturas que atuam como negociadores silenciosos na ação política. Atender a grupos e processos coletivos cria novos caminhos de investigação, por exemplo, construindo solidariedade política (1) dentro e entre entidades coletivas historicamente distintas, por exemplo, comunidades que têm uma história e cultura compartilhadas dentro de

sistemas de dominação; (2) em domínios de poder específicos, bem como através desses domínios, por exemplo, comunidades de acadêmicos e profissionais que reconhecem a necessidade de colaboração; (3) dentro de unidades governamentais locais, regionais e nacionais, por exemplo, projetos para solicitar a participação do cidadão nas políticas públicas; e (4) movimentos sociais como feminismo, sindicalismo e movimentos de direitos civis que fazem demandas ao estado-nação ou às instituições econômicas. Esse foco renovado no poder e na política, baseado em comunidades de investigação e práxis, sugere várias implicações para a interseccionalidade e/ou democracia participativa.

Em primeiro lugar, os estudiosos da interseccionalidade e da democracia participativa devem evitar depender excessivamente das questões que mais interessam às elites, exceto aquelas que dizem respeito às populações subordinadas. Para a interseccionalidade, a mudança das configurações do movimento social para a universidade corporativa encorajou a vigilância na proteção das ideias do feminismo negro e da justiça social. Em contraste, as demandas sobre a democracia participativa para se remodelar dentro do neoliberalismo como ideologia das elites podem ser mais silenciosas, em parte, porque as ideias de democracia participativa são mais diretamente ameaçadoras ao poder do Estado. Como as ideias são importantes, muito está em jogo tanto na academia quanto nas instituições governamentais, na negociação dos pontos de vista aparentemente antitéticos de grupos de elite e subordinados.

Assumir a perspectiva das elites que gozam de muito mais acesso e controle sobre o Estado pode, inadvertidamente, reformular a democracia participativa como um problema técnico a ser resolvido pelo estado, em vez de um projeto político que visa a empoderar grupos subordinados. Ao combinar a igualdade de direitos de cidadania com a igualdade ostensiva de cidadãos reais que objetivam realizar seus direitos, as abordagens centradas no Estado usam uma estrutura evasiva de poder. Iniciativas de diversidade em faculdades e universidades que aconselham alunos, professores e funcionários a assimilarem acriticamente as hierarquias de poder acadêmico contam com uma estrutura de evasão de poder que enfatiza que, quando necessária, a mudança deve ser do indivíduo e não da instituição. Projetos de democracia participativa enfrentam pressões semelhantes. Quando a igualdade de direitos se torna o pano de

fundo dado como certo da política democrática, as desigualdades sociais entre os cidadãos desaparecem, bem como, as desigualdades sociais dentro das próprias instituições democráticas. Semelhante a iniciativas de diversidade acadêmica, os projetos sancionados pelo Estado podem ter como objetivo incentivar, treinar e/ou orientar cidadãos aparentemente iguais sobre como participar melhor dos processos democráticos. Mesmo assim, assumir que o cidadão é a unidade básica de análise e agrupar os cidadãos em unidades artificiais chamadas de públicos, desassocia os negros, mulheres, indígenas, latinas, pobres e outros grupos privados de formas coletivas e historicamente eficazes de engajamento político. No papel, todos os indivíduos são iguais, mas na prática, isso raramente é a realidade.

Tanto para a interseccionalidade quanto para a democracia participativa, colocar as questões de dominação entre parênteses como variáveis de fundo em vez de características estruturantes dos processos democráticos facilita as soluções gerenciais para problemas técnicos. Frequentemente, a decisão é clara, mas na maioria das vezes não é. Como sugerido pelo caso do ativismo intelectual das mulheres negras apresentado aqui, os atores sociais e os projetos que defendem podem aceitar acriticamente os interesses dos grupos de elite, lançados em sua sorte com grupos subordinados e/ou trabalhar algum tipo de engajamento pragmático com ambos os conjuntos de atores. Este contexto histórico e social catalisou uma sensibilidade intelectual e política distinta dentro do feminismo negro, que ao longo do tempo o impulsionou em direção a análises interseccionais que enfatizaram a importância da solidariedade em face de um inimigo perigoso, e que conceitua a comunidade em termos políticos.

Em segundo lugar, o foco da interseccionalidade na intersecção das relações de poder sugere que as teorias prevalentes de poder e política são muito menos universais do que se imaginava. Nem o liberalismo, com sua valorização dos direitos individuais, nem a democracia participativa como filosofia de como a cidadania deve funcionar para garantir a igualdade, foram concebidos pensando nas populações subordinadas. Negros, mulheres, grupos étnicos e grupos subordinados semelhantes muitas vezes serviam como marcadores da ausência de direitos que definiam a cidadania. A teoria política que se baseia em suposições de um cidadão imaginado, ideal e normativo pode parecer

universalista. Ainda assim, as teorias políticas que ignoram as relações de poder que se cruzam, que rotineiramente excluem grandes segmentos da população da cidadania de primeira classe, apresentam teorias particularistas que se disfarçam como universais. Relegar populações subordinadas à cidadania de segunda classe, ou negar-lhes qualquer tipo de cidadania, faz parte da própria definição de cidadania normal de primeira classe.

O foco da interseccionalidade nas relações de poder fornece uma lente oposicionista importante para envolver as teorias sociais e políticas dominantes, mas as limitações de teorias aparentemente universais também podem atormentar os projetos de oposição. Considere, por exemplo, como as suposições relativas à cidadania individual que fundamentam tanto o feminismo ocidental quanto a democracia participativa podem interpretar mal a influência do contexto social no feminismo negro. Para muitas pensadoras feministas brancas ocidentais de classe média, os indivíduos constituem os principais atores sociais, com as mulheres se organizando em torno da defesa pessoal de seus próprios interesses. Mas esse modelo simplifica as diferenças entre as mulheres. O tratamento baseado em grupo proporcionou às pessoas de cor, populações imigrantes, pessoas pobres e outros cuja filiação ao grupo lhes nega direitos de cidadania de primeira classe, têm muito menos oportunidades de ações políticas baseadas unicamente nos direitos de cidadania individual. Esta não é uma escolha entre o indivíduo ou a coletividade, mas sim ver como eles funcionam juntos. As mulheres negras certamente defendiam em seu próprio nome como indivíduos, mas uma forma igualmente, senão mais proeminente, de engajamento político residia no envolvimento no trabalho comunitário, tanto em nome de si mesmas como indivíduos quanto de outros em suas comunidades.

Terceiro, projetos robustos de interseccionalidade e democracia participativa se desenvolvem por meio da prática, principalmente dentro de comunidades de investigação e práxis que, embora surjam e diminuam em contextos históricos e sociais específicos, nunca desaparecem. Tratar a democracia participativa como um conjunto de princípios descontextualizados que podem ser exportados para a área acadêmica ou aplicados a agendas estatais preexistentes interpreta erroneamente a importância de como e por que a liberdade, a justiça, a democracia e ideias éticas semelhantes persistem.

Dentro das opressões que se cruzam, os convites do topo para a inclusão simbólica em instituições sociais, por exemplo, iniciativas de diversidade na área acadêmica ou governança compartilhada de cidadãos participantes escolhidos a dedo em instituições estatais, não soam verdadeiros. Inclusão simbólica não é o mesmo que ganhar poder político. Representantes de grupos subordinados podem, aparentemente, participar em todos os níveis de governança, mas possuem visibilidade sem autoridade. A democracia participativa da perspectiva dos eleitos difere da dos grupos subordinados. Ambos podem abraçar princípios de democracia participativa, especialmente se tais princípios forem hegemônicos, mas a crença nos mesmos sistemas de valores não pode anular possibilidades altamente desiguais de participação em múltiplos domínios de poder. Em contraste com o ethos gerencial, que vem de cima para baixo, os entendimentos de baixo para cima da democracia participativa se aprofundam com o uso. O caso do ativismo intelectual das mulheres afro-americanas sugere que as ideias de feministas negras sobre interseccionalidade e solidariedade flexível têm raízes no final do século XIX. Durante muitas décadas, quando as mulheres negras encontraram problemas sociais familiares em novas circunstâncias, elas se valeram e reformularam essas ideias, testando-as e revisando-as por meio da ação social. As concepções de interseccionalidade e solidariedade flexível persistiram, embora com vários graus de visibilidade para as elites, em grande parte porque essas ideias estavam inseridas nas comunidades de investigação e práxis de mulheres negras.

Por fim, construir comunidades democráticas inclusivas requer rejeitar a hierarquia permanente em favor de entendimentos intersetoriais de solidariedade que facilitam a construção de coalizões. A interseccionalidade e a solidariedade flexível podem ser úteis para pensar sobre os tipos de alianças e coalizões que podem efetivamente promover a democracia participativa. A solidariedade pode ser um objetivo político admirável, mas pode conter hierarquias sociais arraigadas que, rotineiramente, privilegiam e penalizam indivíduos e/ou subgrupos. Em vez disso, a solidariedade flexível pode facilitar coalizões entre grupos que têm um compromisso compartilhado com um ideal social, por exemplo, liberdade, justiça social ou democracia, ou com um problema social compartilhado, mas que seguem caminhos muito diferentes para a

construção de coalizões. A interseccionalidade ensina que a construção de uma coalizão requer o reconhecimento de como as opressões que se cruzam moldam como os indivíduos e grupos experimentam e entendem a desigualdade social. A solidariedade flexível sugere que a solidariedade é um objetivo que vale a pena e não um modelo rígido de pensamento que membros de um grupo devam aceitar sem uma visão crítica, pois uma hierarquia permanente é insustentável a longo prazo. A solidariedade flexível pode acomodar a hierarquia social dentro dela, mas não como uma característica absoluta e intratável da política coletiva.

Para sobreviver, a democracia participativa e a interseccionalidade devem desenvolver raízes nas comunidades existentes de investigação e práxis, bem como, construir novas comunidades de coalizão. Essas comunidades podem contar com a solidariedade flexível para ajudar a resistir às provas do tempo. A menos que as ideias se tornem sedimentadas em comunidades políticas e intelectuais que podem se sustentar por longos períodos, essas comunidades talvez precisem ser repetidamente construídas de novo em resposta a novos desafios. Começar de novo pode não ser a melhor opção, mas quando se trata de desigualdade social e falta de participação democrática, podem não haver outras opções.

Referências

ALEXANDER-FLOYD, Nikol G. (2012). Disappearing Acts: Reclaiming Intersectionality in the Social Sciences in a Post-Black Feminist Era. **Feminist Formations**, 24 (1), 1-25.

ANDERSON-BRICKER, Kristin (1999). 'Triple Jeopardy': Black Women and the Growth of Feminist Consciousness in SNCC, 1964-1975. In: Kimberly Springer (ed.). **Still Lifting, Still Climbing: African American Women's Contemporary Activism** (49-69). New York: New York University Press.

ANDERSON, Benedict (1983). **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso.

ANTHIAS, Floya, and Nira Yuval-Davis (1992). **Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-Racist Struggle**. Nova York: Routledge.

- ARENDR, Hannah (1968). **The Origins of Totalitarianism**. New York: Harcourt.
- BALIBAR, Etienne (1991). Racism and Nationalism. In: Etienne Balibar and Immanuel Wallerstein (eds.). **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities** (37-67). New York: Verso.
- BAUMAN, Zygmunt (1989). **Modernity and the Holocaust**. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- BAY, Mia et al. (eds. 2015). **Toward an Intellectual history of Black Women**. Chapel Hill, NC: University of North Carolina.
- CARASTATHIS, Anna (2016). **Intersectionality: Origins, Contestations, Horizons**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- COBB, Jelani (2016). **“The Matter of Black Lives Matter.”** The New Yorker (March 14).
- COHEN, Anthony P. (1985). **The Symbolic Construction of Community**. London: Tavistock Publications.
- COLLINS, Patricia Hill (2000). **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. Nova York: Routledge.
- COLLINS, Patricia Hill (2002). Introduction to On Lynchings. In: WELLS-BARNETT, Ida B. (ed.). **On Lynchings** (9-24). NY: Humanity Books.
- COLLINS, Patricia Hill (2006). **From Black Power to Hip Hop: Essays on Racism, Nationalism and Feminism**. Philadelphia, PA: Temple University Press.
- COLLINS, Patricia Hill (2009). **Another Kind of Public Education: Race, Schools, the Media and Democratic Possibilities**. Boston: Beacon Press.
- COLLINS, Patricia Hill (2010). The New Politics of Community. **American Sociological Review**, 75 (1), 7-30.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma (2016). **Intersectionality**. Cambridge, UK: Polity.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43 (6), 1241-99.
- D'AVIGDOR, Lewis (2015). Participatory Democracy and New Left Student Movements. The University of Sydney, 1973-1979, **Australian Journal of Politics and History**, 61 (2), 233-47.

HANCOCK, Ange-Marie (2016). **Intersectionality: An Intellectual History**. Nova York: Oxford University Press.

HIGGINBOTHAM, Evelyn Brooks (1993). **Righteous Discontent: The Women's Movement in the Black Baptist Church 1880-1920**. Cambridge: Harvard University Press.

MARABLE, Manning (1983). **How Capitalism Underdeveloped Black America**. Boston: South End Press.

MAY, Vivian M. (2007). **Anna Julia Cooper, Visionary Black Feminist: A Critical Introduction**. Nova York: Routledge.

MAY, Vivian M. (2015). **Pursuing Intersectionality, Unsettling Dominant Imaginaries**. Nova York: Routledge.

NASH, Jennifer C.; OWENS, Emily A. (eds.) (2015). Institutional Feelings: Practicing Women's Studies in the Corporate University. **Feminist Formations**.

PALACIOS, Jone Martinez (2016). **Equality and Diversity in Democracy: How Can We Democratize Inclusively? Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, 35 (5/6), 350-63.

POLLETTA, Francesca (2014). Participatory Democracy's Moment. **Journal of International Affairs**, 68 (1), 79-92.

ROBERTS, Dorothy; JESUDASON, Sujatha (2013). Movement Intersectionality: The Case of Race, Gender, Disability and Genetic Technologies. **Du Bois Review**, 10, 313-28.

SHELBY, Tommie (2005). **We Who Are Dark: The Philosophical Foundations of Black Solidarity**. Cambridge: Harvard University Press.

STORY, Kaila Adia (ed.) (2014). **Patricia Hill Collins: Reconceiving Motherhood**. Bradford, ON, Canada: Demeter Press.

TERRIQUEZ, Veronica (2015). Intersectional Mobilization, Social Movement Spillover and Queer Youth Leadership in the Immigrant Rights Movement. **Social Problems**, 62, 343-62.

TRONTO, Joan C. (2013). **Caring Democracy: Markets, Equality, and Justice**. New York: New York University Press.

YUVAL-DAVIS, Nira (2011). **The Politics of Belonging: Intersectional Contestations**. London: Sage.